

“Eu disse a ideia, tem que ter isso aí, para beneficiar o pescador”: tradições, memórias de trabalho e vivências de marisqueiras e pescadores artesanais em Ilhéus, BA, 1960-2008

Luiz Henrique dos Santos Blume*

Considerações iniciais: narrativas orais e memórias em disputa

Ao lidar com as narrativas orais dos pescadores artesanais, minhas memórias foram ativadas – a escolha do estudo foi movida por um interesse que revela também uma experiência, ainda que de segunda mão, a da minha história familiar de pescadores que tiveram que sair do local onde moravam pelas pressões imobiliárias e conflitos fundiários. Assim recriando histórias talvez possíveis apenas na forma de sonhos e utopias. Essa forma de abordar a memória através da reativação e da experimentação dos sonhos de criança trouxe-me às zonas cinzentas da minha experiência familiar. Ao revisitá-la, confrontando-a com as realidades atuais, o desejo não realizado da infância – da permanência de minha

* Sou *caiçara*, natural de São Vicente (SP). Possuo graduação em Licenciatura em História pela Faculdade de Ciências e Letras (FCL), Campus de Assis, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) (1994), Mestrado (1998) e Doutorado (2010) em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Atualmente sou professor adjunto na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e pesquisador junto ao Centro de Documentação e Memória Regional (CEDOC) da mesma Universidade, Ilhéus (BA). Sou líder do grupo de pesquisa História Regional e Local na linha de pesquisa *Populações litorâneas e ribeirinhas nas Américas*, junto ao professor Wellington Castellucci Jr., com quem organizei os livros *Populações Litorâneas e Ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares*, volumes 1 e 2, publicando o capítulo no v. 2, “*Porque eu não vou assassinar a minha renda, não é?*”: Tradições e pressões na pesca artesanal em Ilhéus, BA, 1960-2008, Ed. Uneb, 2017. E-mail : luizblume@gmail.com.

família na comunidade da Caçandoca – levou-me até as histórias das marisqueiras e dos pescadores em Ilhéus.

Dessa forma, revisitando as minhas lembranças pessoais e familiares, em diálogo com as narrativas orais de pescadores artesanais, penso em trazer ao debate as permanências e mudanças nos modos de vida de pescadores artesanais de Ilhéus, os conflitos e suas vivências *do presente*. Estas, permeadas pela questão da sobrevivência e da manutenção dos modos de vida da pesca artesanal, assim como a luta por espaços nos mercados de abastecimento de Ilhéus, nas feiras, nas ruas, nas políticas públicas destinadas à pesca, em especial a pesca artesanal.

Apesar das dificuldades na captura, processamento e venda, a pesca artesanal ainda é uma fonte de renda importante para muitas famílias pobres de Ilhéus. A presença de pescadores e marisqueiras jogando suas redes ou mariscando é uma cena ainda comum na cidade, o que chamou minha atenção. Podemos vê-los jogando suas redes na praia do Malhado, puxando *calão* nas praias do Norte ou na ponte que atravessa o rio Cachoeira, na BR-415, que liga Ilhéus-Itabuna. Ou ainda vendendo seus mariscos e pescado no Centro de Abastecimento do Malhado, nas feiras da Guanabara e do bairro Nelson Costa.

A pescaria de calão é uma pescaria tradicional que remonta à tradição de pescadores vindos da Península Ibérica (Europa) no período colonial e ensinada aos brasileiros litorâneos, que já faziam uso da pesca para sobrevivência. Conforme OTT (1944, p. 28), os pescadores de Salvador (BA) e da Ilha de Itaparica (BA) utilizavam-se da rede de arrasto ou de calão, principalmente na pesca do Xaréu, peixe parte da alimentação dos trabalhadores pobres e de escravos, pois podia ser pescado de dezembro a abril no litoral da Bahia.¹

A pesca de calão geralmente é realizada com 5 até 9 pescadores, sendo um o *mestre* do calão. Pode-se utilizar de canoas de 5 metros, motorizadas ou não. O *mestre* de calão possui certa autoridade hierárquica entre o grupo, sendo geralmente um pescador mais experiente. Em Ilhéus, ainda há muitos pescadores praticando essa arte da pesca, especialmente nos bairros do norte do município, em Ponta da Tulha, Ponta do Ramo, onde alguns pescadores também se utilizam das jangadas para a pesca em mar aberto.

O sr. José Wellington, pescador e irmão de D. Eliúdes, explicou-nos um pouco sobre essa prática:

ZW: A pescaria de calão, ela é uma pescaria, tradicional, não é? É uma pescaria que já vem, já tem séculos. Mas é uma pescaria que você trabalha com seis [6] homens. Você sai com a canoa, deixa um pescador, segurando

1 OTT, Frei Carlos. Os elementos culturais da pescaria baiana. *Boletim do Museu Nacional*. n. 04. 30.10.1944. p. 1-67. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Convento São Francisco, SSA, OFM)

a ponta de corda, e você vai foz, e cerca com a rede, e vem para cá para a terra, e de cá você fica puxando. Vai lá e chega em torno de uma hora, de relógio, uma hora e meia, meia hora, às vezes você chegar, dá o ponto e você percebe o que você pesca.

LHB: Você sai da canoa, os seis...

ZW: Os seis...

LHB: Aí um fica em terra, segurando a corda...

ZW: segurando a corda, para você poder fazer o cerco...

LHB:... fazer o cerco...

ZW:...aí, um puxa cá em terra, depois, prende, se juntam, se pegam direitinho, e volta para a terra. (José Wellington Oliveira da Silva, 2008).

Seu “Zezinho”, como é conhecido, falou da pesca de calão como uma *arte da pesca* tradicional, que preserva o meio ambiente e respeita os limites da pescaria, em oposição à pesca de *arrasto*, praticada por barcos de pesca motorizados que atuam na região. A pesca de *arrasto* prejudica a pescaria artesanal, pois a força mecânica do motor permite uma pescaria durante uma jornada inteira, sem intervalos, e é apontada pelos pescadores artesanais de Ilhéus como um dos maiores problemas enfrentados pelas comunidades tradicionais. Entendo como pescadores artesanais toda uma categoria de trabalhadores da pesca que se utilizam de práticas e modos de trabalho artesanais, fazendo uso de instrumentos fabricados à mão, muitas vezes retirados dos próprios locais de pesca e mariscação. Considero como da categoria, até mesmo, os pescadores que trabalham em barcos de pesca motorizados nas águas marinhas, mas que não praticam a pesca de arrasto, com baixo impacto tecnológico.²

A partir do diálogo inicial com alguns pescadores artesanais e marisqueiras, percebi uma intrincada rede de relações sociais presentes na pesca artesanal em Ilhéus. De início, pretendia ter como foco principal as organizações dos pescadores artesanais presentes na cidade, as colônias de pescadores. Entre o momento que iniciei esta pesquisa, em julho de 2004, até o período atual, outras formas de organização e associação entre os pescadores artesanais e marisqueiras foram criadas e incluídas na análise.

No começo da pesquisa, as referências de organização dos pescadores artesanais eram a colônia de pescadores Z-34, no bairro do Malhado, e a colônia

2 De acordo com uma bibliografia que trata desse tema, o termo *pescador artesanal* pode incluir uma variedade de artes da pesca. Uma característica comum entre os pescadores artesanais é o fato de se utilizarem de baixos recursos tecnológicos ou de instrumentos que podem ser fabricados por eles mesmos, como redes, armadilhas de pesca, anzol, linha, entre outros. Ver também a classificação dada pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), no estudo *Diagnóstico sócio-econômico da região cacaueira*. Volume 9 – Aspectos da Atividade Pesqueira. Ilhéus, Bahia, 1975.

Z-19, no Pontal. A partir do contato e do diálogo com os pescadores e marisqueiras, percebi que, além das colônias de pescadores existentes em Ilhéus, as marisqueiras hoje se organizam para poder manter suas atividades de pesca. Ademais, buscam uma atuação e (auto)representação, seja no âmbito da comercialização dos mariscos, seja como interlocutoras junto aos órgãos representativos do Estado, como o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), BAHIA PESCA, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A (EBDA),³ universidades e outras entidades.

A criação de outras organizações de pescadores artesanais tendo à frente as mulheres marisqueiras revela mudanças na relação entre os pescadores artesanais de Ilhéus. Nos diálogos com elas e pescadores, percebi *tensões* e *oposições* entre os pescadores artesanais e marisqueiras, que apontam para diferenças nas formas de organização e a procura por alternativas à representação tradicional dos pescadores artesanais através das colônias de pescadores.

Estas, geralmente lideradas por homens, têm se mantido durante décadas como as únicas representações legais e institucionais dos pescadores artesanais. Porém, a partir da Constituição de 1988, as mulheres passaram a ter o direito de se *colonizarem* para obter os benefícios dos pescadores artesanais. Em períodos anteriores, somente os homens, geralmente os maridos, eram *colonizados*, cabendo às mulheres e crianças o trabalho de auxiliares na pesca e produção dos peixes.

Ao conversar com essas mulheres marisqueiras, percebi o quanto esse modelo patriarcal de organização familiar e de organização das colônias estava mudando. Apesar de elas, em geral, afirmarem que aprenderam as artes da pesca⁴ com seus maridos, outras já tinham experiência de lidar com a pesca artesanal. Entretanto, a sua participação na pesca artesanal modificou-se, principalmente nos últimos anos, e passaram então a assumir a condição de marisqueiras – pescadoras artesanais.

3 EBDA, empresa mista do Governo do Estado da Bahia responsável por assessoria técnica e agrícola e pelo importante centro de fomento de políticas pública para os pequenos agricultores, incluindo pescadores artesanais. Em Ilhéus, a EBDA atuou junto às colônias de pescadores no projeto de modernização da frota pesqueira com o projeto jangadas de fibra, estas foram entregues em evento público em fevereiro de 2008, na praia da Ponta do Ramo (BA), zona norte. Nessa ocasião, pude observar a presença de vários outros órgãos públicos, de nível federal, estadual e municipal, o que revela a importância da retomada de políticas públicas para a pesca, em especial a pesca artesanal, a partir de 2007.

4 O termo *artes da pesca* tem sido utilizado por ampla bibliografia que lida com a pesca artesanal, especialmente trabalhos realizados por antropólogos. Esses trabalhos já são referência para os estudos sobre a pesca artesanal, sendo incorporados na linguagem ao se referir às práticas tradicionais desses pescadore. Entre outros, destaco os trabalhos de Antônio Carlos Diegues (2004) e Luiz Geraldo Silva (2001).

Pescadores artesanais: tradições e modos de vida

Não pretendo defender modos de vida *arcaicos*, numa leitura supostamente interessada em defender os modos de vida tradicionais, pois dessa forma poderia cair na tentação de encerrar a experiência histórica desses pescadores num tempo mítico, no passado, idealizado por tantas referências literárias, artísticas, historiográficas. O que pretendo é ampliar as vozes dos narradores com os quais mantive um diálogo, trazer muitas memórias, construir uma narrativa histórica problematizando a própria *invisibilidade* dessas experiências de pescadores artesanais em Ilhéus, potencializando suas escolhas culturais e políticas, tratando-os enquanto *sujeitos* de uma história, num tempo presente.

É importante perceber como essa categoria, na sua lida diária e nas artes da pesca, resolve seus conflitos, adotando e incorporando seletivamente tradições da pesca, ao mesmo tempo em que procuram vincular-se a redes de organização política institucionais, como à Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) do MPA, à BAHIA PESCA e a outros movimentos de pescadores artesanais. É preciso entender, conforme Khoury:

[...] como vão se apropriando de e refazendo valores e tradições, alimentando e modificando sentimentos de pertencimento a um lugar, a um grupo, a uma memória; como vão criando referências culturais próprias e se apropriando de outras, e como essa experiência se faz impregnada de contradições e ambiguidades. (Khoury, 2006, p. 29).

Como referência dessa dificuldade em trazer para o texto a experiência histórica dos pescadores artesanais, poderia incluir minha trajetória enquanto pesquisador. Desde o início desta pesquisa, procuro trazer à tona experiências de pescadores e marisqueiras de Ilhéus. No entanto, construir outras possibilidades de Histórias e memórias que possibilitem questionar uma memória hegemônica em torno da cultura do cacau, a qual não priorizou lutas sociais e experiências de outros sujeitos históricos que estão além e/ou aquém da atividade cacaujeira, tem sido um caminho difícil e, por vezes, conflituoso. Esse trabalho tem se constituído na contramão dessa História que monumentaliza uma memória hegemônica, responsável por estabelecer, na região, um papel de subalternidade aos pescadores artesanais, bem como para outras experiências históricas precedentes.

Assim poderia-se falar em *memórias* ou em *tradições em disputa*. Dessa forma, a construção de perspectivas de análise sociológicas, historiográficas e literárias que tomem uma referência de mão única na *civilização do cacau*, do seu apogeu ao declínio, pode também dificultar a visibilidade de outros projetos, outras reações e outras alternativas políticas para a crise que se arrasta na região desde

a infestação das lavouras de cacau pela vassoura de bruxa (*Crinipellis Perniciosa*), no final da década de 1980.

Além disso, para tratar das diversas *tradições* que envolvem a experiência dos pescadores e marisqueiras de Ilhéus, busquei um diálogo com Raymond Williams. Para esse autor, o conceito cultural básico de tradição remete à nossa herança cultural:

[...] mostra-se de modo claro como um processo de continuidade deliberada, embora não se possa demonstrar que alguma tradição seja uma seleção ou re-seleção daqueles elementos significativos recebidos e recuperados do passado que representam uma continuidade não necessária, mas desejada. (Williams, 1992, p.184).

Tem sido comum, na *Academia*, uma suposição de que os pescadores e marisqueiras pertenceriam ao mundo rural, em detrimento das formações urbano-industriais, numa concepção que privilegiaria a cultura pensada enquanto erudição, estágio de progresso e civilização. No entanto, as marisqueiras, ao tratar das atividades de catagem, preparação e comercialização dos mariscos, indicam redes de organização que envolvem tanto a coleta extrativista, percorrendo grandes distâncias dentro dos mangues, até a venda nas feiras e nas ruas da cidade de Ilhéus. Assim, deslocam o sentido ainda presente, em estudos sociológicos, de que as atividades de mariscagem pertenceriam ainda ao mundo rural, tradicional, no sentido de desorganizado, primitivo, sem alterações profundas de seus modos de vida e trabalho.

É preciso pensar como trazemos as “[...] heranças e tradições rurais que se reinventam e passam a constituir a cidade, assim como instituições, hábitos, costumes, tradições que, engendradas na cidade, penetram as vivências urbanas e rurais.” (Cruz; Khoury; Peixoto, 2006, p. 14-15).

Uma problemática a ser enfrentada, a partir de certas falas das marisqueiras e pescadores artesanais de Ilhéus, é a de percebê-los em constante luta para a preservação e a manutenção de seus modos de trabalho. Mas como tratar essas narrativas como representativas de modos específicos de trabalho artesanal, ao tempo em que várias instituições e interesses locais, regionais, nacionais, estrangeiros, colocam-se como *gestores sociais* no enfrentamento cotidiano desses pescadores artesanais?

Como tratá-los enquanto sujeitos sociais que têm vivenciado transformações profundas, que nem sempre nós, pesquisadores, conseguimos observar em nossos trabalhos de campo? Como trazer suas problemáticas atuais, potencializando suas lutas, se não percebermos, nas sutilezas de suas narrativas, toda uma defesa de modos de vida que estão ameaçados por tantos interesses?

A visibilidade/invisibilidade dos pescadores e marisqueiras em Ilhéus:

Entre os objetivos iniciais desta pesquisa, procurei dialogar com narrativas orais de pescadores e marisqueiras em Ilhéus, Bahia, trazendo questões do cotidiano e da luta de mulheres e homens na manutenção de artes da pesca tradicionais. Estes narram constantes embates com órgãos governamentais e instituições que lidam com a pesca na região. Ao mesmo tempo, em suas narrativas, valorizam essas vivências e experiências do modo de vida e de trabalho enquanto pescadores artesanais.

Na perspectiva acadêmica e política da co-autoria, esta pesquisa assume a difícil tarefa de construir um conhecimento histórico com esses homens e mulheres que vivem da pesca e da mariscagem e, através desse diálogo, estabelecer um debate em torno da Memória Popular, nas narrativas orais, trazendo processos sociais da luta cotidiana pela sobrevivência e pela manutenção de modos de vida e trabalho tradicionais de marisqueiras e pescadores artesanais em Ilhéus, Bahia. Nesse sentido, é mais do que oportuna trazer a reflexão de Portelli ao afirmar:

A História Oral não se originou como prática acadêmica. [...] A História Oral se originou nas margens, não só nas margens da academia, mas às margens da política. Então falar a verdade ao poder é uma tarefa específica da História Oral e do trabalho de campo e do trabalho que se funda com relações pessoais entre sujeitos. E quando eu dizia falar a verdade ao poder ... também ao poder da esquerda, também ao poder das lideranças dos partidos oficiais do movimento operário. (Portelli, 2010, p. 9).

Ao assumir uma postura acadêmica que pressupõe o diálogo e a incorporação das experiências dos pescadores artesanais de Ilhéus no texto e na pesquisa, deparei-me com obstáculos e incompreensões de alguns setores acadêmicos. Ao fazer opções acadêmicas, também estamos fazendo opções políticas. Por isso, ao trabalhar as narrativas de grupos sociais excluídos, tentando superar um abismo que separa o conhecimento tradicional do conhecimento *acadêmico-científico*, muitas vezes temos que lutar também contra conceitos e preconceitos arraigados numa tradição científica que não consegue entender aproximações entre esses dois mundos tão separados.

A pesquisa em história oral é, antes de tudo, um diálogo entre dois sujeitos, interpostos em que podemos obter um resultado satisfatório do ponto de

vista do pesquisador, ou não. Esse caráter subjetivo do lugar de onde falamos na entrevista pode ser também um momento para estabelecermos uma relação *dialógica*, ao invés de uma observação pretensamente *neutra*. Esta poderia, em última instância, encobrir as tensões no interior das culturas, reveladoras do lugar onde se pode encontrar a luta de classes. Assim, o papel do pesquisador deve ser muito mais o de escutar, ouvir o que o outro tem a dizer, além de demonstrar seu compromisso ético com a narrativa do outro, no sentido de buscar um *experimento em igualdade* (Portelli, 1997).

Essa igualdade não é obtida se não assumirmos esse compromisso ético com as demandas dos sujeitos com os quais queremos dialogar e conhecer suas histórias e, com essas informações, produzir trabalhos acadêmicos. Em se tratando de pesquisa com as narrativas orais das classes não-hegemônicas, a presença de um saber acadêmico pode revelar tensões na entrevista, pois “este diálogo entre dois mundos que há muito não se conversam”, como nos traz Ernesto de Martino, pode representar um desafio mais instigante do que representar a categoria de pescadores e marisqueiras artesanais, por sua vez envoltos numa tradição similar ao folclore, desprovido de significados para os embates no presente. Desse modo, tomo as importantes recomendações e precauções de Ernesto De Martino como ponto de partida para esta pesquisa:

Reabrir um diálogo entre dois mundos que há muito deixaram de se comunicar, é tarefa difícil, e ocasiona humilhações veementes. Humilha-me tratar pessoas... como objeto de pesquisa científica, quase de experiência. Humilha-me quando eles me tomam por um agente fiscal ou empresário [...]. (Portelli, 1997, p. 9).

O sentido de dialogicidade aqui apresentado é o de entender a construção da entrevista como um momento de encontro de mundos diferentes: o meu mundo, de professor universitário, e o dos pescadores e marisqueiras, com as diferenças de classe, gênero, etnia. Porém entendendo a possibilidade de estabelecer um diálogo, a partir de preocupações ético-políticas pautadas na superação de realidades sociais de marginalização social e exclusão.

Assim, trago para a pesquisa as referências apresentadas por Luísa Passerini ao tratar da *intersubjetividade*, quando, na situação de entrevista, sujeitos compartilham a experiência social. Dessa forma, tanto o pesquisador quanto os narradores participam de uma intersubjetividade cultural e política. O desafio posto pela autora, e que também assumi, é o de que “[...] a investigação assume um tecido de narrações preexistentes à entrevista como expressão de uma intersubjetividade a despeito da qual, os investigadores devem encontrar um modo de concordar e de registrá-la” (Passerini, 2006, p. 14). Além disso, ainda segundo ela,

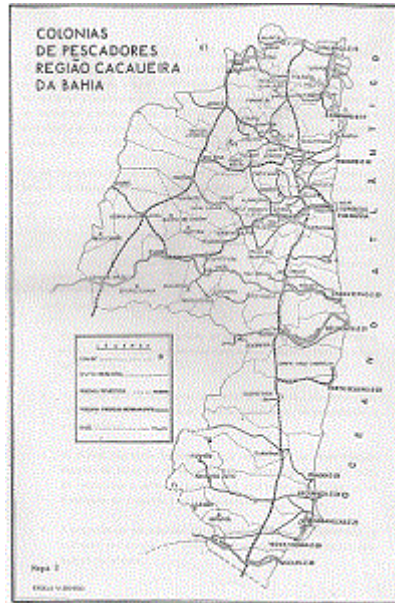
é preciso perceber, na tradição oral, na fala, na narrativa, mesmo com ambiguidades, a potência dos sujeitos.

Ao fazer essa opção, enquanto historiador que lido com narrativas orais, um dos maiores obstáculos tem sido o de incorporar com legitimidade tais narrativas, representativas de modos de vida e trabalho desses pescadores artesanais em Ilhéus. Em outras palavras, trazer o popular para dentro da *Academia*, da universidade, tem sido um grande desafio, pois esta é uma opção por uma história que não se coloca *acima* das lutas, observando os fatos com uma *neutralidade cientificista*, mas, ao partir de um encontro entre dois sujeitos, mediados pela linguagem, transforma a própria investigação em produto de um encontro entre dois mundos, o acadêmico e o popular, dando especial atenção ao último. Para isto, adotei, enquanto pesquisador, uma postura ético-política que possibilite a ampliação destas vozes emudecidas, dessas experiências de vida que podem contribuir para a construção de saberes históricos. Buscando, dessa forma, serem admitidas pela universidade como um saber e conhecimento importantes para a nossa vida em comum, para resolver muitas questões éticas, ambientais, políticas no cotidiano de nossos dias atuais.

Colônias de pescadores na Bahia:

Meus objetivos iniciais da pesquisa apontavam para a discussão do papel de organização dos pescadores artesanais através de suas entidades de classe institucionais. Em 2004, existiam duas colônias de pescadores em Ilhéus: a Z-19 no Pontal e a Z-34 no Bairro do Malhado, esta última tendo maior visibilidade política em Ilhéus, visto que seu presidente, Zé Neguinho, estava exercendo o mandato de vereador pelo Partido Popular e Socialista (PPS). Porém, os encontros e a própria organização das marisqueiras e pescadores artesanais fizeram-me mudar de perspectiva e de foco.

As colônias de pescadores em Ilhéus existem já há mais de 50 anos. A colônia Z-34 foi fundada em 1947, e a colônia Z-19, em 1921. Entretanto, é difícil determinar o número absoluto de pescadores artesanais que estão *colonizados* ou atuantes na pesca em Ilhéus, dado que as colônias não possuem registros atualizados para uma contagem.



Mapa 1: Colônias de Pescadores da Região Cacaueira da Bahia
(CEPLAC, Resultados da assistência técnica à pesca artesanal no sul da Bahia (período 1976-81)).

Embora este mapa seja do início da década de 1980, ele apresenta uma perspectiva da importância das colônias para a região, pois indica um grande número de colônias de pescadores em atividade. Em Ilhéus, até meados da década de 1980, funcionavam três colônias de pescadores, nesse período, a colônia Z-34, com sede no bairro da Barra do Itaípe, ainda estava em atividade. Atualmente, conforme já dito, existem duas colônias de pescadores na cidade: a Z-19, sediada no bairro do Pontal, e a Z-34, sediada no bairro do Malhado. De acordo com informações dos dirigentes das colônias, estavam cadastrados 3.500 pescadores e marisqueiras na Z-34 e 1700 pescadores cadastrados na Z-19, sendo 966 pescadores, 484 marisqueiras e 250 ribeirinhos.⁵

Apesar desses números, a quantidade de trabalhadores pobres que sobrevivem com a pesca pode ser ainda maior, já que somente os pescadores que man-

5 Apesar das informações obtidas verbalmente com os presidentes das colônias Z-34 e Z-19, não foram fornecidos dados oficiais. Temos a informação de outra fonte, através da Federação dos Pescadores do Estado da Bahia, para o ano de 1992. Apud: Governo do Estado da Bahia. SEAGRI. *Perfil do Setor Pesqueiro*. Litoral do Estado da Bahia. Tabela 18. Área 05. Salvador: jan. 1994 (xerocopiado s.n.p.).

têm como principal atividade a pesca artesanal é que procuram *colonizar-se*. Alguns pescadores que mantêm outras ocupações, ou que pescam esporadicamente, em alguns fins de semana ou durante o verão, não se *colonizam*, pois precisariam pagar uma taxa mensal à colônia.

A lei que regulamentou o seguro-defeso (Lei 8287/91) previa que o pescador só poderia receber esse direito se estivesse matriculado (*colonizado*, como as marisqueiras e pescadores denominam) nas colônias de pescadores. No caso da emissão do Registro Profissional de Pescador pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o pescador teria que comprovar a realização de atividade na pesca artesanal vinculada à espécie que seria coberta pelo defeso há, pelo menos, três anos antes do período do defeso. Com isso, muitos pescadores não conseguiam comprovar a sua atividade laboral e ficavam sem receber o seguro-desemprego.

Em 2003, logo após o presidente Lula da Silva ter tomado posse, criou a SEAP e, após a *I Conferência Nacional da Aquicultura e Pesca*, com a pressão das colônias e da própria SEAP, esta passou a ter a responsabilidade da emissão das carteiras do pescador, com a Lei 10.779/2003. Nessa mesma conferência, o Movimento de Pescadores Artesanais (MONAPE) conseguiu que fossem reconhecidas como entidades representativas dos pescadores artesanais não só as colônias, mas qualquer associação de pescadores artesanais ou trabalhadores da pesca, com a edição da Resolução 468/2005.

Contudo, mais uma vez, as colônias e federações pressionaram o Ministério da Aquicultura e Pesca para recuperar o monopólio do registro e, com a Resolução 566/2007, foi concedida exclusividade na confecção do atestado da condição de pescador artesanal às colônias de pescadores filiadas às Federações e à Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA). Isto, na prática, mantém o papel burocrático e a exclusividade da representação classista e sindical das colônias de pescadores.

Esses elementos já dão uma ideia da importância das colônias para a vida desses pescadores. Entre outras questões, podemos tratar do seguro-defeso e das concessões de aposentadoria especial. Apesar de muitas mudanças já terem ocorrido, desde a promulgação da Lei do Seguro-Defeso, em 1991, a concessão do Registro Profissional de Pescador ainda é um monopólio das colônias de pescadores. É nesse cenário de crise de representatividade e pressões pela exclusividade da representação dos pescadores artesanais junto à SEAP por parte das Colônias de Pescadores e Federações que tive contato com os pescadores e marisqueiras. Desde 2004, venho acompanhando a movimentação e a criação de associações e movimentos de pescadores artesanais em Ilhéus.

Marisqueiras nas colônias:

A presença dessas mulheres marisqueiras – pescadoras artesanais – nas colônias de pescadores passou a ter um papel importante no momento em que algumas delas nos indicaram uma defesa dos modos de trabalho artesanais. A sua organização em associações se deu recentemente, talvez por não se sentirem representadas na forma de organização e associação das colônias de pescadores, lideradas por homens vindos de famílias tradicionalmente vinculadas à pesca artesanal na cidade.

Em Ilhéus, foram criadas duas associações de marisqueiras e pescadores artesanais: a Associação de Pescadores e Marisqueiras do São Miguel (ASPEMAR) em 2004 e a Associação de Marisqueiras do Alto do Mambape (AMMA) em 2008. Eu poderia afirmar que essas organizações, tendo à frente mulheres que praticam a pesca artesanal, principalmente a mariscagem em lagoas, rios, e na *coroa*, pode significar certo inconformismo com o rumo das colônias de pescadores da cidade, especialmente a colônia Z-34. Essa *crise* de representação das colônias pôde abrir espaço para outras lideranças, em especial as marisqueiras.

Mas é preciso ir além dessa constatação e entender a presença e organização de outras entidades envolvidas com pescadores artesanais, como a CÁRITAS, Órgão das Pastorais Sociais da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), da Igreja Católica, e Órgãos de Estado, como a SEAP, do MPA, e, do novo governo do Estado da Bahia, a BAHIA PESCA (empresa mista que trata da pesca no Estado). Essas entidades desejam apresentar novos projetos de políticas públicas que atendam aos pescadores artesanais.

Dessa forma, no diálogo com pescadores artesanais, marisqueiras e dirigentes de colônias de pescadores, pouco a pouco surgiram interrogações que me levaram a procurar outras formas de organização entre os pescadores artesanais, além das tradicionais colônias. Percebemos, nas conversas com as marisqueiras, que elas *colonizam-se* depois de seus maridos, quando estes já estão aposentados. Isto permite que a família mantenha sua participação na colônia de pescadores e, após a obtenção da aposentadoria pelo marido, é a vez das mulheres se *colonizarem* para também conquistarem o benefício.

Ademais, a participação das marisqueiras nas colônias, embora sempre tenha existido, ganhou impulso a partir das conquistas da Constituição Federal de 1988, já que ampliou muitos direitos das mulheres marisqueiras, como a licença-maternidade e o seguro-defeso das espécies de peixes e crustáceos como o robalo e o camarão, entre outras, solicitados por algumas das marisqueiras com quem conversamos em Ilhéus.

Entre as críticas ouvidas dos pescadores e marisqueiras, há uma, em especial, que reflete o modo como o processo da globalização vem ocorrendo no mun-

do. A dívida da colônia de pescadores Z-34 com os bancos e a impossibilidade de obtenção de crédito e financiamento por parte dos pescadores e marisqueiras foram algumas das queixas daqueles que estiveram envolvidos em outros tempos com a organização das colônias.

No bairro de São Miguel, as marisqueiras fundaram a ASPEMAR. Dona Eliúdes participou da organização desta associação: entre seus objetivos, está o de buscar financiamento junto aos órgãos da pesca, pois a colônia Z-34 estava com um impedimento jurídico por ter obtido um empréstimo para a reforma da sede, com a implantação de uma fábrica de gelo, e o financiamento de barcos a motor para os pescadores. Assim, Dona Eliúdes nos fala desta pendência com a colônia de pescadores Z-34:

[...] é, diz que o intuito é esse aí, porque a colônia, na verdade, Z-34, ela está, não atuando bem, porque ela não pagou o financiamento, então ela está, no banco, tá empenhada, quer dizer, está no setor jurídico lá de Salvador, aí a colônia jogou o banco, BNB, o banco jogou a colônia, por não pagar os financiamentos dos barcos, e aí, ficou o seguinte, a Z-34 não pode mais, porque ela está empenhada, os seus efetivos, ela não pode pegar um financiamento, então eles ficaram aborrecidos, então fundaram essa associação, que o banco está financiando eles, entendeu? (Maria Eliúdes Oliveira da Silva, 2008).

Ela remete a fundação da ASPEMAR às dificuldades para os pescadores artesanais obterem financiamentos com bancos e órgãos governamentais, o que faz com que se sintam prejudicados, diante das necessidades de compra de equipamentos para a instalação de uma central de processamento do marisco no bairro. Essa necessidade de financiamento para a aquisição de barcos motorizados é uma questão recente. Algumas narrativas nos indicam essa mudança com que os pescadores passam a depender, cada vez mais, da compra de barcos motorizados, bem como de iscas, gelo, e mesmo da produção de apetrechos de pesca.

Isto se deve à escassez do pescado, já que antes os pescadores narravam histórias de fartura, quando não precisavam ir cada vez mais ao mar aberto para realizarem uma boa pescaria. Antônio, irmão de uma importante liderança das marisqueiras, relatou essas mudanças, que, crescentemente, têm afetado a vida dos pescadores artesanais, principalmente aqueles que não têm condições de comprar um barco a motor.

[...] hoje com a evolução da pesca, a pesca artesanal está se tornando inviável para o pescador artesanal porque é muita embarcação e como o pescador artesanal tem o limite de área para pescar ele se sente afetado

pelas grandes embarcações e ... motorizadas de pesca que estão invadindo essa área de pesca ... esse limite que é o limite que o pescador artesanal pode alcançar. (Antônio José Rodrigues, 2009).

Dados da CEPLAC e Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura (SEAGRI)⁶ informam que a grande maioria dos pescadores artesanais em Ilhéus é formada por pescadores que usam apetrechos de pesca simples, muitas vezes fabricados artesanalmente e pelos próprios pescadores. Utilizam-se da mata, galhos, bambu e outros materiais ali encontrados. Entre os principais apetrechos, destacam-se o *gererê*, rede com arco, o *monzoá*, armadilha feita de bambu e o *tapisteiro*, rede que os pescadores levam ao rio ou mangue, fazendo um cercado com galhos e paus do próprio mangue ou das margens do rio.

Nesse estudo, realizado nos anos de 1992 a 1993, a SEAGRI contabilizou 258 embarcações na modalidade de saveiros de convés, de até doze metros, e dezesseis saveiros de boca aberta, para 25 jangadas e 41 canoas *cadastradas*. O número de canoas poderia ser muito maior, pois os dados somente representam as canoas registradas junto à Capitania dos Portos e Colônias de Pescadores.

Se, por um lado, algumas narrativas questionam as alterações nas modalidades de pesca artesanal, em que os pescadores não conseguem mais obter uma pescaria farta, outras nos falam da necessidade de auferir maiores lucros, com a venda de alguns tipos de peixe mais valorizados, como a lagosta. A defesa da pesca da lagosta encontra resistências nas lideranças dos pescadores do sul e baixo sul da Bahia. Ao entrevistar alguns pescadores que dirigem as colônias de Barra Grande, município de Maraú (Colônia Z-72) e do Malhado (Z-34) e do Pontal (Z-19), em Ilhéus, os mesmos reforçam o discurso da proteção e da sustentabilidade dos recursos pesqueiros já bastante apregoado por instituições governamentais vinculadas à pesca, ao meio pesqueiro e por instituições de pesquisa e acadêmico-científicas.

Para Dona Eliúdes, a proibição da pesca da lagosta só foi possível com o enfraquecimento do poder político do falecido político baiano Antônio Carlos Magalhães (ACM). Segundo sua narrativa, essa proibição trouxe graves prejuízos a todos os pescadores e moradores do São Miguel. Com isso, a categoria de pescadores artesanais perdeu muito de seus *direitos*, pois mesmo que proibida, a pesca da lagosta era realizada, trazendo uma renda superior à obtida com a pesca de calão e a coleta de siris e mariscos.

6 Fonte: *Levantamento da pesca artesanal, costeira e estuarina no Estado da Bahia*. BAHIA PESCA S/A, 1992/93. Apud: Governo do Estado da Bahia. SEAGRI. *Perfil do Setor Pesqueiro*. Litoral do Estado da Bahia. Tabela 01. Área 05. Frequência de embarcações e apetrechos de pesca usados nos pontos de desembarque, segundo a área e o município. Salvador: jan. 1994. (xerocopiado s.n.p.).

[...] este ano, Antônio Carlos Magalhães, a política dele, não teve força para se levantar, e o pescador ficou nessa, todo ano não pesca, os pescadores ficavam esperando, esperando, daqui a pouco, liberou, liberou, logo, liberou aí pescar, agora este ano, o tempo da política, vale muito, aí, porque a política, Antônio Carlos Magalhães perdeu, acabou, o pescador está tudo aí parado. (Maria Eliúdes Oliveira da Silva, 2008).

Conforme D. Eliúdes, a força política de ACM transgredia a lei em benefício dos pescadores, que faziam da pesca da lagosta uma oportunidade de obter mais ganhos em sua atividade, além dos próprios moradores do São Miguel, os quais alugavam casas, barcos e eram empregados como mão-de-obra na pesca da lagosta.

Ela lamenta a perda de prestígio político de ACM, ao mesmo tempo em que inclui sua posição política de divergência com os atuais rumos da colônia de pescadores Z-34. Dona Eliúdes também faz críticas à falta de organização e à perda de uma força coletiva dos pescadores artesanais. Nas suas memórias, retoma uma ideia da liderança e do prestígio dos pescadores artesanais, tempos atrás. Avaliando as condições dos pescadores artesanais no presente, ela traz um sentimento de que a categoria já não é tão unida, tão solidária quanto antes.

Além disso, sua fala chama a atenção para as mudanças que presenciou na colônia de pescadores e entre eles próprios. Fala de um tempo em que os pescadores tinham mais identidade e participavam da construção de sua colônia, seja contribuindo com as taxas cobradas para a manutenção das atividades da cooperativa e da colônia, seja na cobrança dos diretores desta:

[...] porque eu disse a ideia, olha, gente, Zé Neguinho, tem que ter isso aí, para beneficiar o pescador, a hora que cai doente, ele não tem dinheiro, para comprar remédio, aí então foi que ele lançou a tarifa lá, mas não é em todo o local. Antigamente, o pescador era tão obediente, tão interessado, que eles pagavam mesmo, a tarifa do peixe [...]. (Maria Eliúdes Oliveira da Silva, 2008).

Assim, Dona Eliúdes associa a imagem de *força política e prestígio* junto aos pescadores à figura de ACM e Zé Neguinho, duas *lideranças* que, em sua opinião, defendiam os interesses da categoria. Conforme sua narrativa, a colônia não faz um esforço para realizar a cobrança das taxas de associação à colônia, sendo um dos motivos para tal enfraquecimento da liderança de Zé Neguinho. Dona Eliúdes comparou os pescadores aos trabalhadores rurais vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se organizam, vão até Brasília e, em

sua opinião, conseguem conquistar os seus direitos.

[...] quer dizer, prejudicou eles, porque eu vou dizer, vocês não souberam se unir, porque vê os Sem-Terra, não se unem? Porque tem colônias, toda essa região da Bahia, eles se juntam, cada pescador, com sua colônia, fazia um grupo, não é não? Chamava a televisão, Ilhéus, Itacaré, Canavieiras, não é? (Maria Eliúdes Oliveira da Silva, 2008).

Encontramos aí várias ambiguidades, pois, ao mesmo tempo, que critica a ausência de lideranças que falem em nome dos pescadores, admite que os pescadores não participam do fortalecimento da colônia. Portanto, a perspectiva de D. Eliúdes traz uma visão política da aposta num outro tempo, quando a colônia exercia uma liderança paternalista sobre os pescadores, mas que trazia outros benefícios aos mesmos, como uma conta em uma farmácia da cidade, além de um ambulatório para pequenas consultas.

No passado mais próximo, ela indica o enfraquecimento do senador ACM, que tinha prestígio junto ao governo baiano. Porém, quando seu candidato à reeleição para o governo do estado em 2006, Paulo Souto, perdeu a eleição em primeiro turno para Jacques Wagner do Partido dos Trabalhadores (PT), e Lula da Silva foi reeleito, o *carlismo* perdeu força e, conforme Dona Eliúdes, a proibição à pesca da lagosta foi mantida. Nesse sentido, ela altera os tempos de antes e de hoje para falar do que entende serem *perdas, evocando estruturas de sentimento* ao tratar de um passado, mitificando-o também no presente por fazer parte do mito político que estava sendo deposto, a política no *estilo ACM*, pois significava mesmo um desrespeito à lei em nome de seus dependentes, no caso, os pescadores de lagosta. A defesa da pesca da lagosta, mesmo que proibida pelo IBAMA, pode ser problematizada a partir de *estruturas de sentimento*, tratando-se de uma “[...] experiência social que está ainda em processo, com frequência ainda não reconhecida como social, mas como privada, idiossincrática, e mesmo isoladora [...]” (Williams, 1979, p. 134).

Ao mesmo tempo que as marisqueiras lutam para serem incluídas no mercado local de abastecimento, também lutam por seus direitos à aposentadoria, pela conquista de construir a sua casa própria, pela cesta básica para suas famílias e pelo respeito quando vão à agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) solicitar afastamento para tratamento de saúde. As marisqueiras perceberam também o quanto é importante *se colonizarem* para reforçar a sua luta. Helena nos diz (2006): “É importante para mim porque é bom ... porque é uma coisa que a gente paga e amanhã depois a gente ter aquele benefício...porque se a gente não pagar não tem benefício nenhum...é uma coisa que a gente tá pagando para depois receber.”.

Dulciene, uma das principais lideranças das marisqueiras e diretora da ASPEMAR, nos fala dos objetivos e desejos que pretende realizar com a Associação. Ela procura traçar outro perfil de ação política para os pescadores artesanais. Conforme nos diz, entre os objetivos da associação está o de “melhorar a vida da comunidade”, pois a colônia de pescadores não estaria lutando pelos direitos dos pescadores do São Miguel:

[...] por causa da colônia que nunca buscava a melhoria, nenhum incentivo para o pescador, como eu já falei, que eu acho também que hoje o governo dá direito, ou ela tem condição de buscar a educação, eu acho que sim, na área da saúde também ... fez com que a gente, buscasse, fundasse a associação. (Dulciene Costa Santos, 2009.).

Percebemos, nessa afirmação, que a motivação das marisqueiras para a criação da Associação está além das questões propriamente relativas à pesca artesanal, mas traz uma dimensão da luta por qualidade de vida, cidadania e direitos a serem conquistados por todos os moradores do bairro São Miguel. Há uma disputa política entre as lideranças do Bairro, formada geralmente por mulheres, como ela mesma e dona Eliúdes, e a liderança da colônia, presidida por Zé Neguinho. Pode-se indicar que esta disputa também se dá por *modos de organização* e de *trabalho* dos pescadores e marisqueiras de Ilhéus.

Aposentadoria, a luta por um direito:

Entre as questões trazidas nas narrativas das marisqueiras e pescadores em Ilhéus e outras cidades, uma que ganhou dimensão e importância foi a luta pela aposentadoria especial, assim como as constantes idas e vindas às agências do INSS para solicitar auxílio-doença, em virtude das dificuldades e do árduo trabalho das marisqueiras. Os pescadores artesanais encontram-se na condição de Regime de Segurado Especial, dentro dos parâmetros do Regime Geral da Previdência Social. Conforme o art. 11, da Lei n.º 8213/1991, os pescadores artesanais têm direito à aposentadoria especial, nas mesmas condições do trabalhador rural, ou seja, para os homens ao completarem 60 anos de idade, e para as mulheres, 55 anos.

Este tem sido um tema discutido nas Conferências de Pesca e objeto de queixas e reclamações dos pescadores artesanais com os quais conversamos. Para solicitarem o benefício, os pescadores precisam recorrer às colônias de pesca e receberem a carteira de pescador profissional, requisito básico para o pedido de aposentadoria e auxílio-doença. Dessa forma, as marisqueiras e pescadores preci-

sam da aprovação das colônias para atestarem a condição de pescadores artesanais, mesmo que estejam organizados em Associações ou Cooperativas. É o caso de algumas marisqueiras de Ilhéus do bairro de São Miguel e Alto do Mambape, que se organizaram em associações para tentar obter financiamentos para a compra de equipamentos e formar uma cooperativa para a venda dos mariscos na cidade de Ilhéus.

Um segundo momento desse processo é quando os pescadores dirigem-se às agências do INSS para solicitar o pedido dos benefícios. Há certa dificuldade em definir e conceituar certas denominações das artes da pesca. Essa dificuldade é revelada quando as marisqueiras têm o seu pedido de benefício negado, pois ao serem questionadas se são *marisqueiras* ou *pescadeiras*, não sabem como responder. Em sua consciência prática, não existem diferenças entre ser *pescadeira* ou *marisqueira* que impliquem em antagonismos entre ambas definições.

Essa problemática teve importância logo no nosso primeiro encontro com o grupo de marisqueiras do bairro Teotônio Vilela, em Ilhéus. De primeiro momento, conduzimos, eu e Fabiana Andrade, a entrevista com temas que procuravam obter *informações* sobre a pesca e as artes da pesca artesanal. Passados vinte minutos, Dona Tertulina, então sentada na janela da casa de Dona Júlia, pelo lado de dentro, passou à varanda da casa para participar da entrevista, junto com o grupo. Ela tinha nos observado de um ponto onde poderia ver sem ser notada, sem que seus gestos, interjeições e observações pudessem ser captados pelo gravador e pelas cadernetas de campo dos pesquisadores.

Após perguntarmos como era o funcionamento de uma armadilha de pesca, o *manzoá*, o Sr. Gileno entrou para a casa e nos trouxe um exemplar para que pudséssemos *aprender* um pouco de seu ofício. Foi nesse momento que Dona Júlia assumiu uma posição importante na conversa entre *nós*, professor e estudante da universidade, e *elas*, pescador e marisqueiras. Até aquele momento da entrevista, eu estava mais preocupado em *obter* informações sobre a pesca e a mariscagem. Dona Tertulina entendeu então que, passados quase meia hora de conversa, era a *sua* hora de demonstrar conhecimento e saber. Apesar de ser marisqueira já há alguns anos, tinha receio de que suas respostas não fossem bem compreendidas por nós.

Quando perguntamos os motivos pelos quais ela não tinha recebido a aposentadoria especial como pescadora artesanal, ela nos respondeu com um questionamento:

[...] eles alegam essa pesquisa que você fez aí, às vezes eu mesmo a moça diz assim Dona Tertulina a senhora não passou na pesquisa. Aí eu perguntei por quê? Ela não soube me explicar. [...] Eu lá tinha que dizer que era pescadora. Eu não passei porque disse que era marisqueira. (Tertulina

Ferreira Mota, 2005).

Essa tem sido uma luta constante dos pescadores, tanto de Ilhéus como de outras colônias de pescadores. Assim, a narrativa e a experiência de Dona Tertulina podem ser representativas dessa insistência das marisqueiras em pautar a luta pela obtenção da aposentadoria e de outros direitos.

O trabalho das marisqueiras é muito árduo e realizado em condições insalubres, o que gera muitos problemas de saúde. Em suas narrativas, marisqueiras afirmam as dificuldades e o esforço físico realizado por mulheres que catam o marisco nas *lagoas de dentro*, bem como a rudeza do trabalho. Levantando-se antes da maré, Dona Tertulina sai pelo quintal de sua casa, adentra o mangue, seguindo pelos esteiros para embarcar numa canoa e dirigir-se até a *coroa* para coletar mariscos ou pescar robalo ou siri.

[...] você saindo daqui, entra aqui mangue adentro, você só vai pescar, as canoas, o barco, pesca, mas quando você chegar no local onde você ir trabalhar, você vai pescar, se for para pegar aratú, é dentro do mangue para pegar aratú, se você pescar na coroa, cavar muapem, cavar muapem, então você só vai voltar na hora que a maré dar. É a hora que você vem de canoa. (Tertulina Ferreira Mota, 2005).

Nas narrativas, as marisqueiras reforçam as duras condições de trabalho e insalubridade. Além de obter vários ferimentos resultantes do contato acidental com as pontas de mariscos presos à rocha, a longa e constante permanência junto à água salobra produz reumatismos. A posição incômoda, quase sempre curvada para retirar o marisco, faz com que a maioria das marisqueiras apresentem problemas de coluna, o que invariavelmente provoca afastamentos temporários da coleta. O corpo passa a ser condicionado pela ordem da natureza no trabalho da mariscagem. O conhecimento prático das marisqueiras faz com que elas enfrentem a dureza da vida na pesca e na coleta de mariscos. Obviamente, são problemas de saúde causados pelo trabalho que comprometem o orçamento familiar, quase sempre obtido exclusivamente da pesca. Assim, Dona Júlia, mãe de Helena, narra as marcas que têm no corpo, por conta da exposição no mangue e no trabalho de cavar os mariscos na *coroa*:

[...] quando vê minhas pernas são cheias, essas marcas. Tudo preto por aqui tudo. Esse negócio preto tá vendo aí as costuras, tudo é ostra quando ela corta, aí. Isso aqui pegou sete pontos, e abriu aí porque eu era diabética. Estou fazendo tratamento que graças a Deus que eu saí do mangue. Minha pressão é alta agora, problemas de diabete, então como é que fica.

Se eu me jogasse para isso ia ser pior. (Júlia Dias de Castro, 2005).

A narrativa de Helena é emblemática da situação em que vivem essas marisqueiras. Com menos de 40 anos, Helena já não consegue mais seguir no trabalho de mariscar. Por conta da pouca idade, e das constantes idas e vindas à agência do INSS, seu futuro enquanto marisqueira é incerto:

[...] pescando, não, pescando eu não tô mais não. [...] Se eu melhorar, mas com o problema que eu tô, é difícil, assim, voltar, a pescar, porque pescar eu não aguento mais [...] porque já tá com um ano e oito meses que eu tou encostada. [...] Problema de hérnia de disco, na coluna. [...] É, devido à pescaria [...]. (Maria Helena Castro dos Santos, 2005).

Mais uma vez, Dona Tertulina toma a frente da entrevista e reforça as condições de trabalho insalubre da sua colega marisqueira: “Foi prejudicado do mangue. Da pescaria. Prejudicado pela pescaria” (Tertulina Ferreira Mota, 2005).

O trabalho é árduo, e, nessa conversa, quatro anos após nosso primeiro encontro, em 2008, com mais confiança, Dona Tertulina procura *explicar* para mim as difíceis condições de trabalho que as marisqueiras têm que enfrentar na lida cotidiana. Segundo ela, essa condição não é reconhecida pelos funcionários do INSS no momento em que as marisqueiras solicitam o auxílio-doença e a aposentadoria especial:

[...] e outra coisa, também, é um problema muito difícil, para a gente, quando começa a pescar, jovem, não sente nada, e através da pescaria, depois começa a sentir. E quando chega no INSS, vou te falar, dá vontade de chorar, é desespero para a gente, quando chega lá, porque eles dizem, você tem condições de pescar, porque você sabe que a pessoa diz que não tem condições de pescar é porque não tem mesmo, e aí, “ah, porque não tem condições de pescar? Tem condições, sim”, e o médico, que podia, dar o laudo, ele não dá, muito difícil, viu? Mas difícil, difícil, difícil, difícil. [...]. (Tertulina Ferreira Mota, 2008).

Dona Tertulina repete a palavra *difícil* quatro vezes, reforçando os embates que as marisqueiras têm ao procurar as agências do INSS para solicitarem os seus benefícios a que teriam direito.

Algumas pescadoras acreditam que a divulgação de suas atividades poderá facilitar-lhes a obtenção do benefício da aposentadoria do INSS. Com isso, o diálogo que estabelecemos pode também transformar-se num instrumento de divulgação de suas lutas. No entanto, é no seu cotidiano, organizando-se para ir até os

locais no mangue, pelos *esteiros*, ou no trabalho comunitário e em família, na cata do filé dos mariscos, construindo redes de compra e venda, que essas marisqueiras vão construindo seus espaços e conquistando direitos.

Quando conversei novamente com Dona Tertulina, deu-me a impressão de que soube utilizar-se do fato de ter sido procurada por pesquisadores, colocando-se em evidência para as colegas marisqueiras e a própria colônia de pescadores. Dessa forma, o seu retorno à colônia Z-34 se deu de maneira que sua reivindicação partia de outra perspectiva. Afinal, ela agora sentia-se importante, sem receio de que sua experiência como marisqueira fosse desconsiderada por técnicos do INSS ou mesmo pela colônia de pescadores.

[...] porque logo quando a gente chegou por aqui, não tinha isso, né? Tinha pescaria, mas é muito difícil, você sabe que nem a colônia de pesca, não tinha, né? Não tinha a colônia de pesca, não tinha, ninguém se colonizava, você ia, lá, pescar, você pescava lá, ah, como é que diz... sem ter benefícios, sem ter autorização também, e hoje, não, hoje a pescaria tá, é, valorizada pelas pessoas [...] A marisqueira hoje tem outros privilégios. A marisqueira hoje tá sendo valorizada, muito, muito, muito, mesmo. (Tertulina Ferreira Mota, 2008).

Nessa conversa, ela não só fez questão de nos mostrar a sua casa, com as paredes de bloco, como nos levou até o seu quintal, mostrando as plantas e hortaliças que cultivava. No final, quando já estava me dirigindo ao ponto de ônibus para retornar à minha casa, Dona Tertulina subiu em sua *laje*, fazendo questão de demonstrar o seu lugar de moradia, do alto de sua residência, como se estivesse do alto da muralha de um castelo. Essa foto é bem representativa do que significou a mariscagem para sua vida, pois foi através dela que conseguiu criar sua família, após o divórcio de seu companheiro, e enfim pôde terminar a construção da sua casa.



Foto 1 – Dona Tertulina na laje de sua casa (foto da pesquisa, setembro de 2008).

Após obter sua aposentadoria, continuou a mariscar, apesar de ter diminuído seu ritmo de trabalho. Dona Tertulina narra a sua vida hoje após obter a aposentadoria e construir sua casa. Nessa narrativa, sempre procurava usar os melhores termos para responder às perguntas, já que *aprendeu* que a linguagem é importante para as suas lutas no cotidiano, nos embates que têm com os órgãos do Estado e colônias de pescadores. Assim, ela fala do momento em que obteve a aposentadoria: “[...] porque antigamente, esses marisqueiros, logo, os mais velhos, não recebia, décimo, seguro desemprego certo, e quando eu me colonizei, já quase, no ano de me aposentar, eu recebi, primeiro o seguro-desemprego [...]” (Tertulina Ferreira Mota, 2008).

Também faz questão de dizer e mostrar outra conquista: a construção da sua casa de alvenaria, quando obteve o recurso da previdência social: “[...] mas foi bom, valeu a pena, eu morava numa casinha muito humilde, eu tive logo sabedoria, comprei material, mandei fazer a fundação da casa, abriu as colunas, bati laje, hoje minha casa é de laje, né? Através da, pescaria!” (Tertulina Ferreira Mota, 2005).

Nessa narrativa, Dona Tertulina avalia os significados da pescaria em sua vida, trazendo elementos importantes, como a sobrevivência, mas também a sua *sabedoria*, referência pelo fato de investir o dinheiro que recebeu, acumulado de vários meses, na construção de sua casa de alvenaria. Essa *fala* demonstra o quanto a pescaria representou na sua vida, destacando as conquistas que obteve. Naquele ano, ela estava lutando para obter a aposentadoria especial na condição de marisqueira. Após conseguir ser aposentada, conseguiu construir uma casa *de laje*, como ela reforça.

Ao trazer para a narrativa certas queixas e reclamações, os pescadores e marisqueiras tornam visíveis para outros interlocutores sua luta cotidiana pela manutenção de seus modos de vida e cultura. Logo, as narrativas dos pescadores artesanais e das marisqueiras podem ser entendidas como construção de memória como *direitos*.

Além da luta pela aposentadoria especial na condição de pescadoras artesanais, algumas marisqueiras em Ilhéus começaram a organizar-se visando uma melhor comercialização de seus produtos na cidade. Pautando-se em uma concepção de evangelização à luz da Teologia da Libertação e da economia solidária, um grupo de agentes pastorais e religiosas vinculadas à CÁRITAS, órgão da CNBB, a partir de uma ação pastoral, ajudou as marisqueiras a organizarem a AMMA. Essa associação tem como seus principais objetivos a preservação e a defesa dos interesses das marisqueiras e pescadores do bairro do Alto do Mambape, mas podendo estender a sua ação pela cidade de Ilhéus.⁷

Fundada em dezembro de 2008, a Entidade procura continuar o trabalho que as agentes pastorais e religiosas da Cáritas desenvolvem no bairro. Nas conversas que tivemos com o grupo de agentes pastorais, percebemos algumas diferenças em relação ao que as marisqueiras do Alto do Mambape estavam esperando do futuro da entidade. Por ser uma associação criada por freiras e agentes pastorais, possui uma forte dimensão religiosa, e tem suas ações pautadas por uma perspectiva de solidariedade e ação comunitárias. Apesar de ter sido criada posteriormente à ASPEMAR, a própria condição de associação que tem um vínculo quase orgânico com a Cáritas de Ilhéus lhes permite uma articulação maior com outros setores de movimentos sociais, que não somente as colônias de pescadores existentes em Ilhéus.

Dado isso, fui conhecer a sede da AMMA ainda em construção, junto com a religiosa Marise Lizzarraga, a agente pastoral Maria D’Ajuda e a assistente social Maria José, da Comissão Pastoral dos Pescadores de Salvador. Esta última veio a Ilhéus a pedido das agentes da Cáritas para realizar um curso de formação de agentes da Comissão Pastoral dos Pescadores, em Ilhéus. Percebendo a impor-

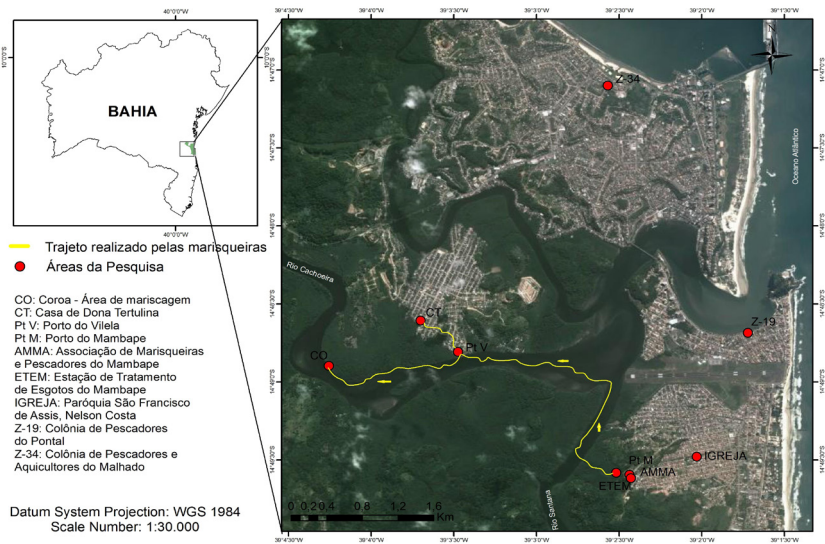
7 Estatuto da AMMA: no artigo 2.º de seus estatutos aprovados em dezembro de 2008, constam os seguintes termos: “Art. 2º - São finalidades da Associação: I) Representar e reivindicar junto aos órgãos públicos e/ou empresas privadas os anseios das pessoas associadas; II) Promover capacitação, treinamento e formação para marisqueiras/os e pescadoras/es, associados da comunidade; III) Organizar a produção, beneficiamento, comercialização e consumo da produção gerada pelas Marisqueiras/os e pescadoras/es da comunidade; IV) Buscar financiamento que viabilize a organização, capacitação e aquisição de instrumentos de trabalho para Marisqueiras/os e Pescadoras/es, objetivando melhoria das condições de trabalho e renda; V) Lutar e promover a preservação, defesa e recuperação do meio ambiente em que vivemos; VI) Organizar as Marisqueiras/os e Pescadoras/es para conquista dos seus direitos; VII) Promover ações que estimulem a promoção humana, cultural e educacional.”

tância do evento, solicitei a minha presença e a da pesquisadora Fabiana Andrade na reunião. As agentes sociais autorizaram nossa presença e, no dia seguinte, encontramos-nos com outras marisqueiras, agentes pastorais da Cáritas, em especial a marisqueira Dulciene, que havia se recusado a gravar uma entrevista um ano antes, em fevereiro de 2008.

Observei que as marisqueiras participantes do grupo ainda pouco conheciam das articulações políticas que as ligavam, contudo percebiam a importância de se estabelecer novos contatos para a divulgação de suas lutas. Assim, fomos *aceitos*, eu e Fabiana, pelo grupo de marisqueiras, o que possibilitou inclusive o retorno do contato com Dulciene que enfim vencidas as resistências, aceitou gravar uma entrevista com a pesquisadora Fabiana Andrade em janeiro de 2009.

Naqueles dias, o tema da reunião estava direcionado à discussão dos regimes previdenciários e direitos trabalhistas das marisqueiras. Porém, o que percebi, no diálogo com as marisqueiras do Alto do Mambape, é que elas possuem outras pautas e expectativas em relação às atividades da associação. Nas conversas com elas, uma das questões que mais surgiram com intensidade e, algumas vezes, dramaticidade, tratava-se das condições de trabalho insalubre e penoso que envolve toda uma cadeia de produção do marisco, desde a preparação da pesca até a sua comercialização.

No caso das marisqueiras do Alto do Mambape, a área onde elas mariscam tem que ser percorrida em trajetos. O primeiro trajeto é feito a pé até o local onde pegam a canoa, na ida até a *coroa* ou ao mangue. É preciso descer um morro íngreme, atravessar a mata por um caminho estreito e, após cerca de vinte minutos, chegam até o *porto*, local onde ficam as canoas e barcos a remo. Em seguida, partem com as canoas pelos *esteiros* até o rio. Quando a maré está muito baixa, geralmente no horário da saída das marisqueiras em direção ao mangue, elas precisam arrastar a canoa pelos esteiros até a margem do rio. Depois, atravessam o rio, remando, até a *coroa*, aí fazem o trabalho de mariscar propriamente dito. Depois de permanecerem por quatro horas ou mais, fazem o caminho de volta. Mas voltam carregadas e, na última etapa, precisam *subir* o morro para enfim retornar às suas casas.



Mapa 2 – Trajeto das marisqueiras do Alto do Mambape.⁸

Ao chegar, o trabalho ainda não acabou: é preciso fazer a segunda parte da produção do *catado*, que é a extração do filé do marisco ou do caranguejo, quando é preciso acender um fogo de lenha, ferver a água, *enforçar* o caranguejo, colocando-o, num tanque com água, amarrado no saco de aniagem, ainda vivo, para depois botá-lo para cozinhar e, finalmente, quebrar as partes para extrair o filé.

Depois desse processo, ainda precisam *vender* o seu produto. É nessa etapa que as marisqueiras acreditam que a AMMA poderá servir como entreposto de mercadorias, para o beneficiamento e posterior venda nos mercados. Porém, talvez acreditem que essa etapa não terá tanto trabalho, pois pretendem dividir a produção entre os familiares, organizando assim a *cata* do marisco.

Por isso, as narrativas das marisqueiras do Alto do Mambape trazem um desejo de, futuramente, não precisarem fazer tanto esforço para conseguir obter a sua renda com a venda dos mariscos. Até pouco tempo atrás, elas ainda precisavam de um *intermediário*, morador local, pai de uma das presentes na casa da marisqueira M.L.S.S., convidado por ela para fazer parte do grupo que fazia parte da entrevista. As marisqueiras faziam todo o serviço, e depois repassavam o produto

8 Mapa de Ilhéus com as indicações geográficas dos locais de pesca e trajeto do percurso das marisqueiras do Alto do Mambape até a *coroa*, local onde elas praticam a mariscagem e pesca com manzoá, redinha, *almofada*. Agradeço gentilmente ao colega arqueólogo Giryleny dos Santos Araújo pela elaboração do mapa com as coordenadas geográficas.

para o Sr. Edinho, que revendia nas feiras da cidade, visto que algumas delas não possuem geladeira para armazenar o filé dos mariscos e, com isso, os produtos perdem logo a validade.

Mas a perspectiva de poder armazenar a produção e deixar que outras pessoas façam a venda traz uma projeção de diminuição dos esforços e melhores rendimentos do trabalho. M.L.S.S. fala dessas vendas num futuro breve:

[...] e foi um momento mais feliz para a gente, porque a gente ficou alegre, porque já tinha conseguido, e foi um momento mais feliz para a gente (...) porque tendo uma associação, tendo um lugar para a gente armazenar, no mangue tem sururu, tem ostra, tem siri, tem muitos aqui que cata caranguejo (...). Então, tendo lugar, tem como, se o aratu não tiver dando, a gente vai tirar ostra, vai dar para abrir, e armazenar, dá para tirar o sururu e armazenar [...]. (M.L.S.S., 2008).

Dessa forma, as marisqueiras do Alto do Mambape projetam *futuros* menos estafantes, com mais possibilidades de obter renda e incluir outros membros da família na rede de produção e comercialização dos mariscos. Ademais, almejam atingir um mercado de abastecimento para o qual ainda não conseguem vender seus mariscos, como pousadas, hotéis e restaurantes, a partir da divulgação e comercialização dos produtos pelas agentes pastorais e religiosas ligadas à Cáritas.

Atualização das tradições:

A categoria tradição é um elemento fundamental para entendermos os embates *pela tradição e inovação*, representados pelo discurso modernizante e técnico das colônias e instituições da pesca, mas também reivindicados pelas marisqueiras, que souberam articular redes de apoio e solidariedade para suas lutas. A defesa de *hábitos tradicionais* remete às *tradições seletivas*, de um passado modelador e de um presente que se torna operativo no processo de identificação social e cultural no presente (Williams, 1979, p.118).

Dona Eliúdes, ao defender as artes da pesca tradicional de lagosta dos pescadores do São Miguel, mesmo no período do defeso, reivindica para a prática, uma tradição. No entanto, essa tradição é renovada por ela, apontando divergências com a condução dos rumos políticos da colônia de pescadores Z-34, da qual se diz uma das primeiras marisqueiras a se associar.

Percebe-se um *embate* de projetos e perspectivas de presente e futuro para a pesca artesanal. Certas práticas de artes da pesca são questionadas pelo

Estado, com as leis e imposições do IBAMA, mas aceitos, ao nível do discurso e das políticas públicas, pelas lideranças das colônias de pescadores. Por outro lado, fazem parte da *cultura* e dos *modos de vida* e de *trabalho* de muitos pescadores e marisqueiras. Estes, por sua vez, percebem a dificuldade da inserção de seus produtos nesse cenário em que as colônias e órgãos da pesca apostam, qual seja, na modernização e no progresso da pesca. Assim, Dona Eliúdes, marisqueira aposentada, trouxe-nos uma dimensão da pesca artesanal quando os pescadores artesanais tinham as mesmas dificuldades para a manutenção das artes da pesca e da sobrevivência de suas famílias, mas sentiam-se menos presos aos esquemas de financiamento, produção e consumo que exigem que o pescador tenha um capital do qual não possui condições de obter.

Vamos à narrativa de Dona Eliúdes:

[...] meu pai se casou também aqui , fez um barraquinho [...] e nós viemos por aqui, ele nos criou aqui [...] meu pai aí foi, pescar... vendia, puxava calão, batia rede, jogava tarrafa, naquele ambiente de pesca, né. [...] dava muito peixe, antigamente, e os calões [...] vendiam a quantidade grande e davam os menores [...]. (Maria Eliúdes Oliveira da Silva, 2008).

Ela nos traz um ambiente de fartura, em que os *calões*, as canoas que saíam à praia para pescar, eram ajudados por todos da Vila de Pescadores, e, em troca, os pescadores davam os peixes menores às famílias. Em sua narrativa, traz uma importante questão, presente em muitas outras narrativas das marisqueiras e pescadores que dialogamos: a *fartura* e a *solidariedade* entre os pescadores. Conforme Dona Eliúdes, a produção era tanta que poderiam revender esses peixes, depois de tratados e salgados, para uma compradora em Itabuna, que provavelmente as revendia.

Além disso, ela nos indica as técnicas para a produção do pescado, as mesmas identificadas pelos estudos da CEPLAC e SEAGRI, utilizando-se de material encontrado na natureza, salgando o peixe à moda tradicional, em palhas de coqueiro, pois não possuíam energia elétrica para o armazenamento do pescado. Em outro momento da narrativa, Dona Eliúdes introduz o tema das mudanças na pesca artesanal:

[...] pescava aqui mesmo no São Miguel, e meu irmão também [...] pescavam com rede, mas antigamente era canoa, não era barco, eram canoinhas, que cabiam dois, com remos, enfrentavam o mar por aí. [...] Porque devido também ter muito barco motorizado, arrasta camarão, o peixe se afugenta. Não tem mais aquela facilidade como eu me criei aqui. (Maria Eliúdes Oliveira da Silva, 2008).

Aqui então Dona Eliúdes começa a fazer uma reflexão sobre os tempos de pescar de antes, quando era criança, e de hoje, com a presença dos barcos motorizados que, segundo ela, afugentam os peixes. Essa questão também está presente em outras narrativas, da pesca nos rios e lagoas de Ilhéus, em que os pescadores continuam a fazer a pesca com canoas ou mesmo a pé.

Dona Rosemeire nos fala da sua pesca com seu pai, no Rio Almada, utilizando-se do *tapisteiro*:

[...] a gente atravessava o rio para mariscar, né? Suspender, na vazante, aí o peixe vai entrar, a gente deixa a rede baixa, né, o tapisteiro baixo, aí quando a gente vai, quando a maré enche, a gente vai suspender para poder o peixe que entrar não sair. Aí depois quando a maré seca, outra vez a gente vai mariscar. [...] É tipo uma armadilha, é, pro peixe. [...] De vários metros. Mais de vinte metros. A gente coloca assim, vai colocando e botando os paus, vai fincando os paus. É tipo uma armadilha. [...] É, no rio mesmo, na beira rio... Sempre era aqui... De Sambaituba pra cá. (Rosemeire Maria Marques, 2008).

Dona Rosemeire está falando de como se utilizavam de vários apetrechos de pesca, produzidos pelos próprios pescadores, obtidos no mangue. A rede também era produzida pelo pescador artesanal, a partir do barbante, e era tingida por fervura de folhas do mangue ou raízes:

[...] era muito frágil. Agora que tinha que botar na tinta, todo dia, assim, quando não tava, se estivesse pescando tinha que colocar na tinta, pra não se acabar. [...] A gente pegava a anticasca do mangue, para poder colocar no barril, no fogo, aí colocava a rede dentro [...]. Só depois que tivesse a tinta já estivesse solta, aí colocava a rede dentro, deixava lá, pegar o fortalecimento [transcrição possível] da tinta. [...] E depois que veio a rede de náilon. [...] Mas antigamente ninguém tinha condições de comprar, não, a náilon, acho que era muito caro, né? Precisava mais de material mais frágil, mais barato. (Rosemeire Maria Marques, 2008).

Percebemos modelos de projetos de organização diferenciados, em alguns momentos, e próximos, em outros. A preocupação com a questão ambiental, com o futuro da pesca artesanal em Ilhéus, a renovação das gerações de pescadores, são questões que indicam tensões não só na condução das entidades, mas, sobretudo, *pressões* vividas pelos pescadores e marisqueiras no seu cotidiano. Essas tradições de pescadores artesanais em Ilhéus fazem parte da cultura e das vivências das maris-

queiras com quem dialogamos. Suas narrativas apresentam uma defesa de modos de vida simples, artesanais, mas capazes de gerirem e manterem com orgulho a criação de seus filhos. Dessa forma, as marisqueiras foram assumindo papéis cada vez mais importantes na rede da pesca artesanal em Ilhéus.

Considerações finais

Em Ilhéus, o surgimento de associações de marisqueiras, cujos moldes fogem ao esquema burocratizado das colônias de pescadores, aponta para outras formas de organização e concepções de luta por direitos e cidadania. Nessas lutas, as marisqueiras criaram associações e cooperativas, questionando o papel e a representatividade das instituições que tratam da pesca artesanal na cidade (colônias de pescadores, IBAMA, MPA, BAHIA PESCA, universidades).

Ao trazer essas experiências de luta, foi possível problematizar as expectativas dos pescadores artesanais e marisqueiras em relação à formulação de políticas públicas para a pesca artesanal, o envolvimento no cenário público e suas articulações com ONGs, instituições acadêmicas, sindicatos e colônias de pescadores, buscando a conquista e o reconhecimento de *direitos* para os trabalhadores da pesca. As mulheres com quem conversamos se afirmaram na condição e *profissão* de marisqueiras e, com isso, conquistaram espaços para o seu trabalho na cidade, através de redes de trabalho familiar, comunitário e comércio justo. Essas *redes* foram a base para a implantação de novas formas de organização e de associação dos pescadores e marisqueiras, que puderam surgir como alternativas às colônias de pescadores. A organização das marisqueiras em Ilhéus pode nos indicar a crise de um modelo de representação e entidades de classe entre os pescadores artesanais. Os projetos das colônias estão mais afinados com um sentido de inovação, ao mesmo tempo em que se utilizam da *tradição* para se fazerem ouvir pelas autoridades do Estado. As marisqueiras também fazem uso das artes da pesca para sobreviverem, enquanto desejam modernizar suas práticas para conseguirem melhores rendimentos e tempo mais livre.

No meio de embates em nome de *quem* as representa, as marisqueiras foram tornando-se *sujeitos de direitos*, falando por si próprias, seja nas reuniões nas colônias de pescadores; seja ao reivindicarem a aposentadoria, enfrentando embates com alguns funcionários do INSS. Seja ainda ao negociarem com entidades e órgãos do governo o financiamento de projetos técnicos para a instalação de câmaras frigoríficas para o armazenamento dos mariscos, através de suas próprias associações de marisqueiras, ou mesmo ao questionarem o posicionamento dos *pesquisadores* da universidade da qual faço parte, a UESC, como foram os casos de Dona Tertulina e Dulciene.

Referências

ASSOCIAÇÃO DAS MARISQUEIRAS DO ALTO DO MAMBAPE. *Estatuto*. [S.L.]: 2007.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Diagnóstico sócio-econômico da região cacauqueira. *Aspectos da Atividade Pesqueira*, Ilhéus, v. 9., 1975.

CRUZ, Heloísa de Faria; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Introdução. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (Org.). *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho D'Água, 2006. p. 9-21.

DIEGUES, Antônio Carlos. A pesca construindo sociedades. *Leituras em Antropologia Marítima e Pesqueira*. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, IRRIGAÇÃO, PESCA E AQUICULTURA. *Perfil do Setor Pesqueiro*. Litoral do Estado da Bahia. Salvador: [s.n.], 1994.

KHOURY, Yara Aun. O historiador, as fontes orais e a escrita da História. In: ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; MACIEL, Laura Antunes (Org.) *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'água, 2006. p. 22-43.

OTT, Carlos Frei. Os elementos culturais da pescaria baiana. *Antropologia*. Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro: Museu Nacional do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 4, p. 1-67, 1944.

PASSERINI, Luísa. Memoria y utopia. La primacía de la intersubjetividad. *Publicacions de la Universitat de València y Editorial Universidad de Granada*, Valencial Granada, 2006.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. *Mnemosine*. Tradução de Luiz Henrique dos Santos Blume; Heliana de Barros Conde Rodrigues. Revista do Departamento de Psicologia Social e Institucional, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 2-13, 2010. Disponível em: <<http://www.mnemosine.cjb.net/mnemo/index.php/mnemo/index>>. Acesso em: 20 fev. 2011.

_____. Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. *Cultura e Representação: Projeto História*, Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v. 14, p.7-24. São Paulo: EDUC, 1997.

SILVA, Luiz Geraldo. *A faina, a festa e o rito*. Uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII ao XIX). Campinas: Ed Papirus, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

Fontes Orais

CASTRO, Júlia Dias de [60 anos]. [nov. 2005]. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume e Fabiana de Santana Andrade. Ilhéus, BA, 12 nov. 2005.

CASTRO, Júlia Dias de Castro [64 anos]. [nov. 2008]. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume. Ilhéus, BA, 11 nov. 2008.

M.L.S.S. [44 anos]. [set. 2008]. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume. Ilhéus, BA, 17 set. 2008.

MARQUES, Rosemeire Maria [47 anos]. [set. 2008]. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume. Ilhéus, BA, 13 set. 2008.

MOTA, Tertulina Ferreira Mota [59 anos]. [nov. 2005]. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume e Fabiana de Santana Andrade. Ilhéus, BA, 12 nov. 2005.

MOTA, Tertulina Ferreira [64 anos]. [nov. 2008]. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume. Ilhéus, BA, 11 nov. 2008.

RODRIGUES, Antônio José [39 anos]. [jan. 2009]. Entrevistadora: Fabiana de Santana Andrade. Ilhéus, BA, 9 jan. 2009.

SANTOS, Dulciene Costa (Cica) [43 anos]. [jan. 2009]. Entrevistadora: Fabiana de Santana Andrade. Ilhéus, BA, 9 jan. 2009.

SANTOS, Gileno Ferreira dos [75 anos]. [nov. 2005]. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume e Fabiana de Santana Andrade. Ilhéus, BA, 12 nov. 2005.

SANTOS, Gileno Ferreira dos [79 anos]. [nov. 2008]. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume. Ilhéus, BA, 11 nov. 2008.

SANTOS, Maria Helena Castro dos [32 anos]. [nov. 2005]. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume e Fabiana de Santana Andrade. Ilhéus, BA, 12 nov. 2005.

SANTOS, Maria Helena Castro dos [36 anos]. [nov. 2008]. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume. Ilhéus, BA, 11 nov. 2008.

SANTOS, Maria Helena dos Santos [34 anos]. [abr. 2006]. Entrevistadora: Fabiana de Santana Andrade. Ilhéus, BA, 17 abr. 2006.

SILVA, José Wellington Oliveira da (Zezinho) [70 anos]. [fev. 2008]. Entrevistador: Luiz Henrique dos Santos Blume. Ilhéus, BA, 20 fev. 2008.

SILVA, Maria Eliúdes Oliveira da [68 anos]. [abr. 2007]. Entrevistadores: Luiz Henrique dos Santos Blume; Fabiana de Andrade Santana. Ilhéus, BA, 30 abr. 2007.

Resumo: Este artigo trata das lutas por tradições, memórias de trabalho e vivências de pescadores artesanais e marisqueiras em Ilhéus (BA) no período de 1960 a 2008. A análise toma por base relatos orais. Estes demonstram a presença de pressão contra a pesca artesanal, gerada pela degradação ambiental, a sobrepesca realizada pelos “barcos de arrasto” e o aumento da quantidade de trabalhadores desempregados, novos optantes da mariscagem como forma de sobrevivência. Para enfrentar essas pressões, associações foram criadas pelas marisqueiras em Ilhéus: a Associação de Pescadores e Marisqueiras do São Miguel (ASPEMAR) e a Associação de Marisqueiras do Alto do Mambape (AMMA), representantes da força e da luta dessas mulheres na defesa de seus modos artesanais de trabalho.

Palavras-chave: Marisqueiras. Trabalhadoras da pesca. Memórias.

“I’ve told you, we need that to benefit the fisherman”: traditions, work memories and life experiences of shellfisherwomen and artisanal fishermen

in Ilhéus, BA, 1960-2008

Abstract: This paper addresses the artisanal fishermen and shellfisherwomen's struggle to maintain their traditions, work memories and life experiences in Ilhéus (Bahia, Brazil) from 1960 to 2008. The analysis was based on the oral history methodology. The narratives have shown that artisanal fishing is being pressured by environmental degradation, overfishing linked to fishing trawlers and the increase of unemployed people, who would also opt for artisanal fishing for survival. To face these pressures, the artisanal fisherwomen from Ilheus created two associations: The São Miguel's Fishermen and Shellfisherwomen Association (ASPEMAR, in Portuguese) and The Alto do Mambape's Shellfisherwomen Association (AMMA, in Portuguese), representations of the strength and struggle of these women in defense of their artisanal working methods.

Keywords: Shellfisherwomen. Fishermen. Memories.

Recebido em 22/04/19

Aprovado em 06/05/19